



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL JOSÉ RICARDO WENDLING**

**COMISSÃO DE COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL,**  
**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AMAZÔNIA.**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2022**

(Dos Srs. JOÃO DANIEL, JOSÉ RICARDO, JOSEILDO RAMOS)

Requer a realização de audiência pública conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Urbano, Comissão de Legislação Participativa, Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para o lançamento da campanha “Sede Zero”.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de reunião de audiência pública cujo objetivo é promover o lançamento da campanha “Sede Zero”.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Aos mais de 600 mil óbitos decorrentes da Covid 19 no Brasil, número trágico que assola o País, afetando de forma mais dramática a população pobre que vive em processo de vulnerabilidade, se somam as consequências da crise econômica e social que lançou milhões ao desemprego e reduziu significativamente a renda das famílias, especialmente, com consequências funestas para as condições de alimentação, saúde, educação e moradia.

Nesta conjuntura dramática, mais que nunca é preciso reafirmar que o acesso à água potável e o esgotamento sanitário são direitos humanos e precisam ser assegurados a todas e todos, priorizando os que vivem em situação vulnerável.

Nesse sentido o lançamento da **Campanha Sede Zero**, nessa casa legislativa, e na Comissão de Legislação Participativa (CLP), busca dar a



exata dimensão que uma ação dessa magnitude representa. A campanha pretende sensibilizar autoridades, parlamentares e sociedade civil, em todos os níveis, no sentido de garantir de forma imperiosa que:

1. Em situações de escassez, deve-se assegurar igualdade no acesso à água das populações submetidas à racionamento ou rodízio do abastecimento, com atenção às moradias das populações vulneráveis e que não disponham de reservatório domiciliar, evitando o desabastecimento dos domicílios situados em áreas desfavoráveis quando de ações de redução de pressão na rede de distribuição;

2. Assegurar, em qualquer situação, o volume mínimo de água necessário à preservação das condições de saúde e higiene das famílias, em especial daquelas em situação de inadimplência por falta de condições econômicas;

3. Implementar tarifa social de água e esgoto como direito “automático” para famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais e com membros recebendo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

4. Priorizar o acesso, com a execução gratuita das ligações de água e de esgoto, dos domicílios das famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais e com membros recebendo Benefício de Prestação Continuada;

5. Disponibilizar água para consumo e higiene pessoal e sanitários para população em situação de rua;

6. Disponibilizar água para as populações rurais do semiárido por meio da retomada e ampliação do Programa 1 Milhão de Cisternas e pelo abastecimento emergencial sempre que necessário;

7. Priorizar a execução do Programa Nacional de Saneamento Rural, para assegurar o atendimento com água e saneamento adequado das populações do campo, das águas e das florestas.

A consecução dessas medidas em todo o território nacional deve ser prioridade de todos os três níveis de governo, com especial responsabilidade dos prestadores de serviços públicos de água e esgoto e das agências que tem por função regular a prestação de tais serviços.

São essas as principais razões para este requerimento da audiência pública. Adianta-se, a seguir, as entidades que gostaríamos



pudessem enviar representantes para tornar o debate mais qualificado e democrático, sem prejuízo de outras que poderão ser nele incluídas:

- Federação Nacional do Urbanitários – FNU;
- Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento Básico (ASSEMAE);
- Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS)
- Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental — FNSA;
- Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – FISENGE-Confederação Nacional dos Urbanitários – CNU.

Desta forma, solicito o apoio dos demais membros desta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia no sentido da aprovação do presente requerimento, para a realização de audiência pública conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Urbano, Comissão de Legislação Participativa, Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para o lançamento da campanha “Sede Zero”.

Sala das sessões, em 08 de junho de 2022.

**JOSÉ RICARDO**  
DEPUTADO FEDERAL PT/AM

**JOÃO DANIEL**  
DEPUTADO FEDERAL PT/SE

**JOSEILDO RAMOS**  
DEPUTADO FEDERAL PT/BA





## **Requerimento de Audiência Pública** **(Do Sr. José Ricardo)**

Requer a realização de audiência pública conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Urbano, Comissão de Legislação Participativa, Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para o lançamento da campanha “Sede Zero”.

Assinaram eletronicamente o documento CD229364942500, nesta ordem:

- 1 Dep. José Ricardo (PT/AM)
- 2 Dep. Joseildo Ramos (PT/BA)
- 3 Dep. João Daniel (PT/SE)

